

Regina Borges: um drama brasileiro



Um drama encena uma escolha difícil. Tanto mais difícil que os dois termos da alternativa parecem igualmente obrigatórios, sem que se saiba com certeza como agir. A situação torna-se ainda mais aguda quando atentamos para a decisão, que deve ser feita entre dois comportamentos contraditórios entre si. Por exemplo, obedecer à lei ou aos poderosos.

A escolha pela lei implica desobediência aos seus chefes. Infringe-se, inclusive, códigos de lealdade, como os vigentes em grupamentos humanos os mais diversos, transgressores ou não, criminosos ou não. Por outro lado, a escolha pelos poderosos implica o desrespeito à lei e, também, ao código de conduta de um funcionário público, com as sanções daí advindas. A perda de emprego sendo uma entre elas.

Imagine-se quantas pessoas por este Brasil afora enfrentam situações desse tipo e não sabem como a ela responder. O seu anonimato não lhes retira o seu caráter dramático. Aquilo que Regina Célia Borges nomeou o seu "calvário" é o calvário de muitos brasileiros e brasileiras que não sabem a quem obedecer, embora devam obediência. A decisão enfrenta-se com uma dualidade: obedecer à lei ou aos poderosos de plantão?

O próprio uso da palavra "calvário" é significativo. De fundo religioso e moral, ele mostra o castigo imposto àqueles que transgrediram uma norma tida por superior. Nesse sentido, uma regra desse tipo é considerada como "sagrada". O castigo em curso, com seus aspectos psicológicos, morais e legais, é bem revelador de um drama que expõe as entranhas da condição brasileira.

O depoimento de Regina Célia Borges no Senado é exemplar. Ele põe a nu — e essa nudez pode nos castigar — os problemas de nossa relação ao político, ao jurídico e à moralidade. Nada ali é casual ou despropositado. As peças se encaixam e os personagens representam os seus papéis. Uma alta funcionária do Senado infringindo regras legais e, ao que tudo indica, consciente de sua transgressão de normas morais, assumindo a culpa para si e livrando os seus subordinados dessa responsabilidade, porém, ao mesmo tempo, expondo — e acusando — o comportamento daqueles que detêm, de fato, o poder. O líder do governo no Senado, que parece obedecer ordens de um ou-

tro senador, ciente de sua transgressão, porém seguro de sua impunidade. Um ex-presidente do Senado, talvez até agora o mais influente senador da República, usando os seus poderes como se estes não tivessem limites. O senador parece orgulhar-se de mostrar aos outros conhecer os resultados de uma votação secreta. O seu comportamento cai sob aquilo que a tradição considera como o "pecado da soberba".

O estranho é que esse tipo de comportamento, para algumas pessoas, possa parecer "normal". O que significa, entretanto, esse tipo de "normalidade"? O comportamento dos senadores é "normal", assim como o "calvário" da funcionária. Começa, no entanto, a despontar uma "outra" normalidade que vê a esta como "anormal". E essa outra encenação corresponde à entrada da moralidade na cena política.

Os senadores se recolhem para meditar e ver as respostas possíveis à situação. Alibis e subterfúgios são e serão a "regra". Os políticos se agitam e a opinião e os meios de comunicação estão à espreita. Ninguém quer mais presenciar a antiga peça, considerada de mau gosto. Exige-se algo novo, que corresponda à situação "real", a de regras que devam ser incondicionalmente válidas para todos. Não se aceita mais essa "velha" representação.

Contudo, o fato de que esse drama brasileiro apareça como politicamente relevante faz toda a diferença. Um poder da República, encarregado de elaborar e aprovar leis, defronta-se publicamente — comparecendo diante de toda a nação — com o problema da punição daqueles entre os seus senadores que não respeitam leis. E isso vale não apenas para os que estão comprometidos com a violação do painel de votação, mas também com os desvios de verbas públicas. O "drama" ganha, agora, uma nova conotação: ou regras e leis valem para todos, do legislador ao cidadão mais comum, ou há condições excepcionais, isentos de sua observância, em cujo caso estaremos enfraquecendo nossas próprias instituições democráticas. Do ponto de vista eleitoral, a oposição, penhoradamente, agradece.



POR
DENIS LERRER
ROSENFELD